

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024, DE 31 DE JULHO DE 2024

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ES

O Diretor-Geral da **Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP**, no uso de suas atribuições legais, pela Lei Complementar Estadual nº 46/1994, e suas alterações, Lei Complementar Estadual nº 525/2009, e suas alterações, e Lei Complementar Estadual nº 827/2016, e suas alterações, em conformidade com o processo de autorização nº 2021-SM7LB, código de identificação do concurso junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo: 500E0100031.2024.001, torna pública a realização do Concurso Público nº 001/2024 para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, mediante normas e condições estabelecidas neste Edital de Abertura.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, seus anexos e eventuais retificações, sendo executado por meio do **Instituto de Desenvolvimento e Capacitação – IDCAP**, em conjunto com a Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP.

1.2. A seleção para os cargos constantes neste edital será constituída das seguintes etapas/fases:

a) **Provas objetivas e Provas discursivas**, sob a responsabilidade do IDCAP;

b) Procedimento de heteroidentificação para verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou indígenas na forma das disposições da Lei Ordinária Estadual nº 12.010, de 21 de dezembro de 2023, sob a responsabilidade do IDCAP;

c) Perícia médica dos candidatos que se declararem com deficiência para verificar se efetivamente se trata de pessoas com deficiência conforme a legislação vigente, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelos candidatos, sob a responsabilidade da ARSP;

1.3. Todas as etapas deste Concurso Público poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, útil ou não, com a prévia convocação dos candidatos e seu não comparecimento, na data e horário estabelecidos, implicará na eliminação automática do candidato, não havendo segunda chamada para realização das mesmas.

1.4. As provas objetivas e discursivas serão realizadas na cidade de Vitória/ES.

1.5. Todas as datas relativas ao presente Concurso Público deverão ser acompanhadas pelos candidatos no Anexo I deste Edital, sem prejuízo das alterações realizadas no cronograma e demais avisos publicados no site do IDCAP, sendo definido como uma previsão de horário a partir das 17h.

1.6. O prazo de validade do Concurso é de **2 (dois) anos**, contados da data da publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP.

1.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, por meio do endereço eletrônico www.idcap.org.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público e nos prazos estimados no Anexo I deste Edital, contados da data de publicação do mesmo. Após essa data, o prazo estará precluso.

1.7.1. Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico do IDCAP, caso não seja cadastrado.

1.7.2. Os pedidos de impugnação ao edital serão julgados pelo IDCAP.

1.7.3. Da decisão de deferimento ou indeferimento das impugnações ao edital caberá recurso à Comissão Organizadora da ARSP. O recurso deverá ser realizado por meio do e-mail atendimento@idcap.org.br, devidamente fundamentado, no prazo máximo de 48 horas após a publicação do resultado das impugnações

1.7.4. As respostas às impugnações serão disponibilizadas, na área restrita do impugnante, na data prevista no cronograma deste Edital.

1.7.5. Impugnações referentes à retificação deste Edital, quando e se houver, deverão ser realizadas no prazo de 48 horas, contados da data de publicação da retificação, através do e-mail atendimento@idcap.org.br, devendo indicar:

a) O assunto deste e-mail: “Impugnação contra retificação nº ____ do edital correspondente;

b) O item/subitem que será objeto de sua impugnação;

c) Argumentação fundamentada.

1.8. Todos os questionamentos e/ou solicitações relacionados ao presente edital deverão ser encaminhados ao Serviço

de Atendimento ao Candidato - SAC do IDCAP, por meio do Fale Conosco no site www.idcap.org.br ou e-mail atendimento@idcap.org.br.

1.9. Toda menção a horário, neste edital, terá como referência o horário oficial de Brasília-DF.

2. DOS CARGOS E VAGAS

2.1. O código do cargo, o cargo, as vagas de ampla concorrência, as vagas para pessoa com deficiência (PcD), Pessoa Negra ou Indígena (PNI), a carga horária semanal, a remuneração inicial bruta e os requisitos para o cargo são os estabelecidos a seguir:

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO: Especialista em Regulação e Fiscalização							
CÓD	ÁREA DE FORMAÇÃO	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS AC ¹	VAGAS PCD ²	VAGAS PNI ³	CH SEMANAL	SUBSÍDIO
101	Ciências Contábeis	CR ⁴	-	-	-	40 H	R\$ 7.222,76 (sete mil duzentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos)
102	Ciências Econômicas	CR ⁴	-	-	-		
103	Engenharia Ambiental	1 + CR ⁴	1	-	-		
104	Engenharia Civil	1 + CR ⁴	1	-	-		
105	Engenharia Elétrica	CR ⁴	-	-	-		
106	Engenharia de Petróleo e Gás	CR ⁴	-	-	-		
PRÉ-REQUISITO: Nível superior completo na área de formação e registro no órgão de classe com habilitação legal para o exercício da profissão, quando esta for regulamentada, na forma da legislação em vigor.							

AC¹ - Ampla Concorrência; PCD² - Pessoa com Deficiência; PNI³ - Pessoa Negra ou Indígena; CR⁴ - Cadastro de Reserva

2.2. A descrição das Atribuições dos Cargos consta no Anexo II deste Edital.

2.3. A todos os cargos serão acrescidos de auxílio alimentação no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

2.4. A lotação dos candidatos classificados nas vagas existentes a qualquer cargo, são de exclusiva competência da Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP.

2.5. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Espírito Santo, de que trata a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, ao Plano de Cargos e Carreiras dos servidores detentores de cargos de provimento efetivo nas Agências Reguladoras do Estado do Espírito Santo, de que trata a Lei Complementar nº 525, de 24 de dezembro de 2009, e as normas em vigência da ARSP.

2.6. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.6.1. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de provimento efetivo, conforme Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994:

- ter sido aprovado em concurso público, conforme condições estabelecidas neste Edital;
- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- quitação com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;
- quitação com as obrigações eleitorais;
- idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- sanidade física e mental comprovada em inspeção médica oficial; e
- atendimento às demais condições previstas em lei para determinadas carreiras, em especial pela Lei Complementar Estadual nº 525/2009.

2.6.2. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse, completando-se com o exercício.

3. DAS VAGAS RESERVADAS

3.1. Ficam reservadas às pessoas com deficiência, negros ou indígenas percentual das vagas ofertadas inicialmente neste Concurso Público e das que vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade, conforme estabelecidas nos itens 3.10.1 e 3.11.1 deste Edital.

3.2. **Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (PcD) e/ou pessoa negra e/ou indígena (PNI).**

3.3. O deferimento das inscrições dos candidatos que optaram pela reserva de vagas estará disponível no endereço eletrônico do IDCAP conforme cronograma do Anexo I.

3.4. A classificação e aprovação do candidato não garantem a ocupação da vaga reservada, devendo, ainda, quando convocado, submeter-se ao procedimento de heteroidentificação e/ou perícia médica, conforme o caso.

3.5. Os procedimentos de heteroidentificação ou de perícia médica, conforme o caso, terão decisão terminativa sobre a qualificação da situação do candidato optante pela reserva de vagas. A reprovação no procedimento ou o não comparecimento ao mesmo, quando convocado, acarretarão a perda do direito às vagas reservadas.

3.6. Os candidatos optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas que lhe são reservadas e às de ampla concorrência, nos termos da Lei Ordinária Estadual nº 12.009/2023 e da Lei Ordinária Estadual nº 12.010/2023.

3.6.1. O candidato indeferido na reserva de vagas constará apenas na lista de Ampla Concorrência se possuir, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases, exceto nas situações de declaração falsa, conforme a hipótese do 3.9.

3.7. Caso o candidato negro, indígena ou pessoa com deficiência tenha direito à mesma posição de vaga reservada, os critérios de desempate utilizados serão estipulados no item 8.4 deste Edital, restando o direito de classificação do candidato remanescente à vaga subsequente.

3.8. Na hipótese de não haver candidatos negros, indígenas ou pessoa com deficiência aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

3.9. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação e/ou perícia médica, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis. Se constatada fraude, o candidato será eliminado do Concurso Público, caso esse ainda esteja em andamento, e se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.10. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD):

3.10.1. Fica reservado o percentual de **10% (dez por cento)** das vagas ofertadas inicialmente neste Concurso Público e das que vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade a **pessoas com deficiência**, conforme dispõe a Lei Ordinária Estadual nº 12.009, de 21 de dezembro de 2023 e Lei Estadual nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002.

3.10.2. Para cargos ofertados neste concurso público com menos de 5 (cinco) vagas ofertadas, o candidato classificado na reserva de vagas destinadas às Pessoas com Deficiência (PcD) figurará apenas em lista de cadastro de reserva, para convocação às eventuais vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame.

3.10.3. Na hipótese de a aplicação do percentual previsto no item 3.10.1 resultar em número fracionado, o número de convocações específicas das reservas de vagas será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos); ou diminuídos para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

3.10.4. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) e no art. 1º da Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e na Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, que define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva, bem como o disposto na Lei Estadual nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002.

3.10.5. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a posse no cargo/função para o qual pretende concorrer, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo/função com a deficiência.

3.10.6. O candidato que se declarar com deficiência deverá assinalar a opção correspondente no momento de inscrição e enviar digitalmente cópia do laudo original, durante prazo de inscrição estipulado no Anexo I deste Edital, em campo específico no link de inscrição.

3.10.7. O laudo que caracteriza a deficiência emitido pelo profissional de saúde de nível superior com conhecimento na área da deficiência declarada deverá ser preferencialmente digitado ou em letra legível e, ainda:

- a) constar nome completo do candidato;
- b) constar nome completo, número do registro no Conselho Profissional e assinatura do responsável pela emissão do laudo;
- c) informar a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a causa da deficiência (se conhecida);
- d) indicar, quando for o caso, a necessidade de uso de próteses ou adaptações;
- e) no caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado de exame de audiometria recente, conforme prazo estabelecido na alínea g) do item 3.10.7;
- f) no caso de deficiente visual, o laudo deverá vir acompanhado de exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, conforme prazo estabelecido na alínea g) do item 3.10.7;
- g) ter sido emitido nos últimos 12 (doze) meses contados da data do fim das inscrições, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente;

3.10.8. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente ou que se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, a validade do laudo caracterizador da deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que esteja expressa a referida condição e satisfeita as demais condições descritas nas alíneas do item 3.10.7, no que couber.

3.10.9. Caso o laudo caracterizador da deficiência seja emitido em meio eletrônico, esse deverá ser assinado digitalmente, conforme item 11.2.1 e 11.2.2 e atender às resoluções do Conselho Federal Profissional respectivo.

3.10.10. O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações dos item 3.10.6 a 3.10.9, será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD.

DO PROCEDIMENTO DE PERÍCIA MÉDICA DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARAREM COM DEFICIÊNCIA:

3.10.11. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência classificados nas etapas deste Concurso Público serão convocados, por meio do Edital de Convocação para Realização de Perícia Médica a ser divulgado em data posterior, para avaliação presencial por equipe multiprofissional designada pela ARSP, que emitirá parecer conclusivo sobre o enquadramento ou não da sua deficiência à luz da legislação e sobre a compatibilidade das atribuições do perfil para o qual concorre.

3.10.12. A perícia médica poderá ser realizada em qualquer dia da semana, útil ou não, conforme data constante no Edital de Convocação, não havendo segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência, na Perícia Médica.

3.10.13. O candidato, para realizar a perícia médica, deverá apresentar documentos de identificação, desde que dentro do prazo de validade, na forma do item 7.11.2 e seus subitens.

3.10.14. Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos do laudo original e/ou sua cópia autenticada e de exames complementares, quando couber, que atestem a deficiência alegada pelo candidato no ato de inscrição, contendo as informações descritas no item 3.10.7 deste Edital.

3.10.15. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação da condição de sua deficiência:

- a) não atender à convocação para avaliação pela equipe multiprofissional;
- b) não apresentar laudo que caracteriza a deficiência (original ou cópia autenticada);
- c) apresentar laudo que caracteriza a deficiência emitida em período superior aqueles descritos na alínea g) do item 3.10.7 ou no item 3.10.8;
- d) deixar de cumprir as exigências de que trataram o Edital de Convocação;

- e) não for considerado pessoa com deficiência, conforme a legislação vigente, na avaliação da sua condição;
- f) se evadir do local de realização da avaliação multiprofissional sem passar por todos os procedimentos da avaliação;
- g) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no item 7.11.2 deste Edital.

3.10.16. Demais informações a respeito da perícia médica constarão de edital específico de convocação para essa fase.

3.11. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS (PNI)

3.11.1. Fica reservado o percentual de **20% (vinte por cento)** para negros e de **5% (cinco por cento)** para indígenas das vagas ofertadas inicialmente neste Concurso Público e das que vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade, conforme dispõe a Lei Ordinária Estadual nº 12.010, de 21 de dezembro de 2023.

3.11.2. Para cargos ofertados neste concurso público com menos de 3 (três) vagas ofertadas, o candidato classificado na reserva de vagas figurará apenas em lista de cadastro de reserva, para convocação às eventuais vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame.

3.11.3. Na hipótese de a aplicação dos percentuais previstos no item 3.11.1 resultar em número fracionado, o número de convocações específicas das reservas de vagas será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos); ou diminuídos para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

3.11.4. Para fins de inscrição neste edital, serão considerados negros e indígenas e aqueles que se autodeclararem, pretos, pardos ou indígena no ato da inscrição no Concurso Público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Governo Federal;

3.11.5. A autodeclaração terá validade somente para o concurso público aberto, não podendo ser estendida a outros certames.

DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARAREM NEGROS E/OU INDÍGENAS:

3.11.6. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas negra e/ou indígena classificados nas etapas deste Concurso Público serão convocados por meio do Edital de Convocação para Realização de Heteroidentificação, ocasião em que será verificada a veracidade das informações prestadas pelos candidatos, na data prevista no Anexo I deste Edital.

3.11.7. O candidato que deixar de cumprir as exigências relativas ao processo de heteroidentificação ou for indeferido perderá o direito às vagas reservadas.

3.11.8. Após análise documental e/ou entrevista será divulgado resultado preliminar da heteroidentificação na data prevista no Anexo I deste Edital.

3.11.9. Após análise dos recursos será divulgado o resultado definitivo quanto à análise documental e/ou entrevista do procedimento de verificação da veracidade das informações prestadas.

3.11.10. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas negra e/ou indígena por ocasião da heteroidentificação:

- a) não atender à convocação para procedimento de heteroidentificação;
- b) não apresentar documentação exigida neste Edital;
- c) deixar de cumprir as exigências no procedimento da entrevista deste Edital, em especial ao item 3.11.18, quando aplicável;
- d) se recusar a ser filmado durante o procedimento da entrevista, quando aplicável;
- e) não apresentar o documento de identidade original durante o procedimento da entrevista, na forma definida no item 7.11.2 deste Edital, quando aplicável.

DO PROCEDIMENTO PARA CANDIDADOS NEGROS:

3.11.11. Para o procedimento de heteroidentificação, os candidatos que se autodeclararam negros deverão se apresentar perante a Comissão de Heteroidentificação de forma telepresencial para Entrevista, sendo especificamente convocados para esse fim, por meio de Edital de Convocação, na data prevista no Anexo I deste Edital.

3.11.12. A verificação da Comissão quanto à condição de pessoa negra levará em consideração em seu parecer a autodeclaração firmada no ato de inscrição no concurso público e os critérios de fenotípica do candidato negro como base

para análise e validação, excluídas as considerações sobre a ascendência.

3.11.12.1. Entende-se por fenótipo o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, que, combinados ou não, permitirão validar ou invalidar a autodeclaração.

3.11.12.2. As características fenotípicas descritas no item anterior são as que possibilitam, nas relações sociais, o reconhecimento do indivíduo como negro.

3.11.13. Em nenhuma hipótese a avaliação étnico-racial será realizada considerando o genótipo do candidato, sendo vedada toda e qualquer forma de aferição acerca da ancestralidade ou colateralidade familiar do candidato.

3.11.14. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

3.11.15. Será considerado como negro o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros da Comissão de Heteroidentificação.

3.11.16. O candidato convocado deverá enviar eletronicamente, no período de inscrições previsto no Anexo I deste Edital, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no site do IDCAP, na área do candidato, uma fotografia recente, no padrão 3x4, e um arquivo de documento de identificação válido, conforme item 7.11.2 edital.

3.11.17. Os arquivos a serem enviados deverão atender aos requisitos abaixo:

- a) refletam a aparência atual do candidato;
- b) serem frontais, registrando a cabeça de forma centralizada, olhando na direção da câmera;
- c) serem coloridas e apresentarem boa qualidade, sem retoques ou maquiagem, terem sido tiradas, preferencialmente, em fundo branco;
- d) terem sido tiradas sem o uso de bonés, sem óculos (de grau ou escuros), gorros ou quaisquer outros acessórios que impeçam a visualização do fenótipo do candidato.

3.11.18. Para o comparecimento à Entrevista, o candidato deverá portar documento de identificação com foto, na forma do item 7.11.2 e seus subitens, e seguir as seguintes determinações:

- a) não será permitido o uso de acessórios na cabeça, tais como: boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas entre outros (independentemente do comprimento dos cabelos, esses deverão estar totalmente livres/soltos);
- b) não será permitido o uso de óculos escuros;
- c) não será permitido o uso de maquiagem;
- d) não será permitido o uso de quaisquer acessórios ou vestimentas estampadas que impossibilitem ou dificultem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do(a) candidato(a);
- e) não será permitido o uso de luz artificial de modo a interferir no resultado final da avaliação;

DO PROCEDIMENTO PARA CANDIDADOS INDÍGENAS:

3.11.19. Para o procedimento de heteroidentificação dos candidatos convocados que se autodeclararam indígenas deverão apresentar documentação para fins de verificação de veracidade das informações prestadas.

3.11.20. O candidato que se autodeclarou indígena deverá enviar eletronicamente, no período de inscrições previsto no Anexo I deste Edital, e exclusivamente por meio de formulário eletrônico na área do candidato na página do IDCAP, **declaração de pertencimento étnico** a ser expedida por caciques, ou tuxauas, ou lideranças indígenas de comunidades, ou associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, conforme modelo no Anexo V deste Edital, ou apresentarem, pelo menos, uma das seguintes documentações:

- a) Registro Civil com a identificação étnica;
- b) Registro Nacional de Nascimento - RANI, expedido pela Fundação Nacional do Índio - Funai;
- c) Comprovante de residência em áreas/territórios indígenas, demarcados ou não; e
- d) Certidão de Nascimento ou Registro Geral de Identificação, que expressa o local de nascimento do candidato.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Os candidatos, antes de realizarem a inscrição, devem se certificar que:

- a) conhece o edital, seus anexos e os métodos adotados em eventuais retificações;
- b) atende aos requisitos para participação nas etapas do concurso público, estabelecidos no presente Edital;
- c) possui plenas condições para execução das atividades do cargo.

- 4.2. As inscrições para o concurso público estarão abertas no período previsto no Anexo I deste Edital e deverão ser realizadas, **exclusivamente**, pela internet, no endereço eletrônico do IDCAP.
- 4.3. Para efetuar a inscrição, o interessado deverá acessar, via Internet, o site www.idcap.org.br e localizar a área destinada ao concurso público da **Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP**, consoante seguintes observações:
- Acessar o endereço eletrônico do IDCAP durante o prazo de inscrições previsto no Anexo I deste Edital;
 - Ler e estar de acordo com as normas deste Edital;
 - Preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição (*online*) e, em seguida, enviá-la de acordo com as respectivas instruções;
 - O envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto de pagamento da taxa de inscrição, e poderá ser impresso e deverá ser pago em qualquer agência bancária, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de inscrição.
 - O requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (boleto) não seja efetuado até a data prevista no Anexo I deste Edital.
 - Após a confirmação da inscrição pelo IDCAP, o comprovante de inscrição estará disponível na área do candidato, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção e guarda desse documento.
 - Após o prazo estabelecido para inscrições, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição.
 - Os candidatos inscritos poderão reimprimir o boleto, caso necessário, até último dia do prazo para pagamento do boleto previsto no Anexo I deste Edital.
 - O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário gerado ao término do processo de inscrição;
- 4.4. No ato da inscrição o candidato deverá optar pelo cargo que deseja concorrer conforme sua formação, podendo se inscrever para mais de um cargo.
- 4.5. O IDCAP não se responsabilizará por requerimento de inscrição que não tenha sido recebido, por fatores de ordem técnica dos computadores dos candidatos, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados.
- 4.6. Os eventuais erros de digitação verificados após a efetivação da inscrição, quanto ao nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos pelo candidato no site do IDCAP.
- 4.6.1. O candidato que não fizer ou não solicitar as correções dos dados pessoais, deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
- 4.7. Não será aceito o pagamento da inscrição por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), Pix, transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 4.8. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.
- 4.9. Quando do pagamento do boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais, bem como no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro nas informações de dados, pelo candidato ou terceiros, no pagamento do referido boleto, não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- 4.10. O valor de inscrição pago pelo candidato é pessoal e intransferível, não podendo ser utilizada para outra inscrição, para outro cargo ou para outro concurso público e/ou processo seletivo.
- 4.11. Não haverá devolução da importância paga, ainda que efetuada em valor superior ou inferior do que o estabelecido, em duplicidade, extemporâneo ou para cargos com o mesmo período de prova, seja qual for o motivo alegado, salvo em caso de cancelamento, revogação ou anulação do Concurso. Nesta última hipótese será publicado edital próprio acerca do procedimento de devolução dos valores.
- 4.12. As inscrições poderão ser prorrogadas, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da ARSP e/ou do IDCAP.
- 4.13. As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, via conciliação

bancária, ou de deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição nos termos do item 4.17 deste Edital.

4.14. Caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada por um candidato, este deverá optar na data da Prova Objetiva por qual cargo pretende concorrer. Consequentemente, o candidato será considerado ausente para as provas relativas aos demais cargos, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição de valores pagos.

4.15. No formulário de inscrição, os candidatos deverão assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que tem ciência e que não se opõe ao tratamento e ao processamento dos seus dados pessoais, sensíveis ou não, fornecidos durante a inscrição e ao longo deste Concurso Público, a fim de possibilitar a efetiva execução deste Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, incluindo a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e alterações posteriores.

4.16. O valor correspondente à **taxa de inscrição** será de **R\$ 78,00 (setenta e oito reais)**.

4.17. **DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO**

4.17.1. Para as solicitações de isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá, após concluir procedimento de inscrição no período indicado no Anexo I deste Edital, se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) candidatos hipossuficientes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, membros de família de baixa renda, nos termos da regulamentação do Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, nos termos da Lei Estadual nº 9.652, de 28 de abril de 2011;
- b) candidatos devidamente cadastrados como doadores de medula óssea, nos termos da Lei Estadual nº 10.607, de 28 de dezembro de 2016;
- c) candidatos que se declaram isentos de apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, nos termos da Lei Estadual nº 10.822, de 04 de abril de 2018;
- d) candidatos convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Estado do Espírito Santo, que prestarem serviços no período eleitoral, nos termos da Lei Estadual nº 11.196, de 06 de outubro de 2020;
- e) candidatos com deficiência, nos termos da Lei Estadual nº 11.233, de 14 de janeiro de 2021;
- f) candidatos doadores de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 11.635, de 20 de junho de 2022.

4.17.2. Para solicitar a isenção, o candidato deverá selecionar uma das modalidades indicadas acima, preencher as informações estabelecidas como obrigatórias no formulário específico e enviar:

- a) cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
- b) cópia simples do Cadastro de Pessoa Física - CPF, salvo se já constar no documento oficial de identificação; e
- c) documentações específicas listadas nos itens subsequentes, conforme o caso.

4.17.3. O **candidato hipossuficiente inscrito no CadÚnico**, membros de família de baixa renda com cadastro, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, deverá:

- a) informar o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico, com **cadastro válido e atualizado** nos termos da Portaria MDS nº 177/2011;
- b) enviar a autodeclaração de membro de “Família de Baixa Renda”, conforme Anexo IV deste Edital de abertura.

4.17.3.1. O IDCAP consultará o órgão gestor do Cadastro Único, a fim de verificar a conformidade da condição indicada pelo candidato para isenção e veracidade das informações prestadas pelo candidato. O IDCAP não tem autonomia para realizar modificações cadastrais, sendo o candidato o único responsável por sua situação cadastral junto ao órgão gestor do CadÚnico.

4.17.3.2. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de pagamento do valor de inscrição, no período previsto, não garante ao interessado a isenção pleiteada, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do IDCAP em resposta à consulta à base de dados do órgão gestor do Cadastro Único;

4.17.4. O **candidato doador de medula óssea** deverá enviar em único arquivo, no formulário de solicitação de isenção, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, comprovante ou Carteira de Inscrição do candidato como doador de medula óssea e autodeclaração devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo VI deste Edital;

4.17.4.1. A utilização do benefício do item anterior fica restrita a uma isenção no período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de encerramento das inscrições do certame onde foi concedido o benefício, conforme estabelecido no Art. 4º da Lei Estadual nº 10.607/2016.

4.17.5. O **candidato isento de apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física** deverá enviar em único arquivo, no formulário de solicitação de isenção, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, autodeclaração devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo VII deste Edital;

4.17.6. O **candidato que se declarar convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral do Estado do Espírito Santo, que prestaram serviços no período eleitoral**, nos últimos 2 (dois) anos a contar da data de publicação deste Edital, deverá enviar em único arquivo, no formulário de solicitação de isenção, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, documento expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, 02 (dois) eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não, acompanhado de autodeclaração devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo VIII deste Edital;

4.17.7. O **candidato com deficiência** deverá enviar em único arquivo, no formulário de solicitação de isenção, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, laudo que comprove a deficiência alegada contendo os elementos descritos no item 3.10.7 deste Edital e autodeclaração devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo IX deste Edital;

4.17.8. O **candidato doador de sangue** deverá enviar em único arquivo, no formulário de solicitação de isenção, além do documento oficial com foto e CPF listado no item 4.17.2, documento expedido pela entidade coletora (comprovante, declaração), devendo ser órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou Municípios do Estado do Espírito Santo e autodeclaração devidamente preenchida e assinada, conforme Anexo X deste Edital;

4.17.8.1. Para ter direito à isenção, o doador terá que comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses, conforme estabelecido no Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Estadual nº 11.635/2022.

4.17.9. Na existência de mais de uma solicitação de isenção por um mesmo candidato para mais de um cargo, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último.

4.17.10. A relação dos pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos será divulgada no endereço eletrônico do IDCAP, em data definida no Anexo I deste Edital.

4.17.11. O candidato cuja documentação de isenção do valor da taxa de inscrição for indeferida deverá entrar no site do IDCAP até o último dia válido para inscrição e poderá imprimir o seu boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa.

5. DAS SOLICITAÇÕES DE ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS E ATENDIMENTO ESPECIAL

5.1. O IDCAP, nos termos da legislação, assegurará o(s) recurso(s) de acessibilidade e/ou tratamento pelo nome social para candidatos que requeiram desde que comprovem a necessidade.

5.2. No ato da inscrição, o **candidato com deficiência e/ou que necessitar de adaptações razoáveis e tecnologias assistivas** das provas objetivas e das provas discursivas deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas (ampliadas, ledor, auxílio para transcrição, sala de mais fácil acesso, intérprete de libras e/ou tempo adicional), acompanhadas de laudo caracterizador de deficiência emitido por equipe multiprofissional ou por especialista na área dos impedimentos apresentados pelo candidato, os elementos descritos no item 3.10.7 deste Edital.

5.3. A documentação do candidato que solicitar tempo adicional deverá conter, além do estabelecido no item 3.10.7 deste Edital, a descrição da necessidade de tempo adicional para a realização das provas, conforme condição, característica ou diagnóstico do participante, de acordo com a legislação vigente para concessão de tempo adicional citada no item 5.4 deste Edital, exceto para a participante lactante que deverá atender ao disposto nos item 5.6 e seus subitens.

5.4. Caso a Documentação que motivou a solicitação de tempo adicional seja aceita, o candidato terá direito ao tempo adicional de 60 (sessenta) minutos no turno de provas, desde que o solicite no ato de inscrição, de acordo com o disposto nos Decretos nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e nas Leis nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 14.126, de 22 de março de 2021

5.5. O participante que solicitar atendimento para deficiência auditiva, surdez ou surdo-cegueira deverá indicar o uso do aparelho auditivo ou implante coclear na inscrição, caso o candidato não tenha sua solicitação deferida, não poderá utilizar o aparelho auricular.

5.6. DA CANDIDATA LACTANTE

5.6.1. A candidata que necessitar amamentar criança de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, no período de inscrição, deverá levar acompanhante adulto, no dia

das provas, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. O IDCAP não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.6.2. O acompanhante da participante lactante não poderá ter acesso à sala de provas e deverá cumprir os dispostos nos itens 7.11, 7.12 e seus subitens, no que couber, e ser submetido à revista eletrônica por meio do uso do detector de metais.

5.6.3. Durante a aplicação das provas, qualquer contato entre a participante lactante e o respectivo acompanhante deverá ser presenciado por um fiscal.

5.6.4. Não será permitida a entrada do lactente e do acompanhante após o fechamento dos portões.

5.6.5. A candidata deverá enviar, via upload, a imagem legível da certidão de nascimento que comprove que a criança terá até 6 (seis) meses de idade no dia de realização das provas.

5.6.6. Caso a criança ainda não tenha nascido até a data do término das inscrições, a imagem legível da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível de documento emitido pelo(a) médico(a) obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento ou a candidata poderá levar a certidão de nascimento original da criança na data de realização da prova para ser apresentada à Coordenação.

5.6.7. A candidata com situação deferida terá, caso cumpra o disposto nos itens 5.6.1, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização das provas em igual período.

5.6.7.1. Caso a candidata utilize mais de 1 (uma) hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação, em cada um dos turnos de prova.

5.7. DO TRATAMENTO PELO NOME SOCIAL

5.7.1. O tratamento pelo nome social é destinado à pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero.

5.7.2. A pessoa que desejar tratamento pelo nome social poderá solicitá-lo pelo e-mail atendimento@idcap.org.br durante o período de inscrição, conforme Anexo I.

5.7.3. O candidato deverá preencher o formulário que será encaminhado pelo IDCAP após a solicitação, e - em prazo hábil - reencaminhar o documento preenchido, acompanhado de cópia de documento oficial de identificação e/ou cópia do registro do nome social.

5.7.4. O requerimento será analisado com base nos documentos encaminhados, podendo ou não ser atendido.

5.7.5. As publicações referentes aos candidatos que tiverem suas solicitações de tratamento pelo nome social deferidas serão realizadas de acordo com o nome social.

5.8. DA UTILIZAÇÃO DE ARTIGOS RELIGIOSOS

5.8.1. No ato da inscrição, o candidato que necessitar utilizar artigos por motivos religiosos como véu, quipá, burca e outros deverá realizar envio eletrônico da cópia da declaração da congregação religiosa a que pertence, em que conste o nome e número do CPF do candidato, atestando a sua condição de membro da referida congregação, com a devida assinatura do líder religioso, colocando o nome completo, CPF e sua função na congregação.

5.8.1.1. Na ocasião da prova, o candidato terá o artigo submetido por vistoria, inclusive eletrônica, por membro da equipe de aplicação.

5.9. DAS OUTRAS CONDIÇÕES

5.9.1. Candidatos que necessitarem de sala de fácil acesso por dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção deverão preencher solicitação durante o período de inscrições estipulado no Anexo I, justificando sua necessidade.

5.9.2. Candidatos que necessitarem de carteira para canhotos deverão preencher a solicitação durante o período de inscrições estipulado no Anexo I, justificando sua necessidade;

5.9.2.1. Caso o candidato não faça a solicitação, ficará sujeito a disponibilidade do mobiliário adequado a sua situação no local de prova, podendo ou não ser atendido.

5.9.3. Candidatos que façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão enviar o laudo médico específico para esse fim, considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, devendo o candidato, ainda, comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.

5.9.4. Para segurança de todos os envolvidos no Concurso Público, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas, entretanto, ao candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826, de 2003 e necessitar realizar as provas/fases armado deverá, durante o período das inscrições:

- assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;
- enviar eletronicamente cópia legível do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei;
- no dia das provas/fases candidato será encaminhado à Coordenação da unidade, para comprovar a autorização de porte de arma e, em seguida, guardar a arma em Envelope Porta-Objetos, preferencialmente separada da munição que seguirá guardada em outro Envelope Porta-Objetos. Ambos os Envelopes serão lacrados e permanecerão com o candidato.

5.9.4.1. O candidato amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003 que não solicitar o atendimento especial no ato da inscrição não poderá portar armas no ambiente de provas, e, caso descumpra o estabelecido neste Edital, estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.9.5. Caso o candidato possua alguma necessidade especial abrangida por lei não constante neste edital, deverá entrar em contato com o IDCAP, dentro do período estabelecido no Anexo I para solicitação de atendimento especial para prova, pelo Serviço de Atendimento do Candidato, conforme item 1.8.

5.9.6. O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.9.7. A relação dos pedidos de atendimento especial deferidos e indeferidos será divulgada no endereço eletrônico do IDCAP, em data definida no Anexo I deste Edital.

6. DAS ETAPAS

6.1. O Concurso Público será composto pelas seguintes etapas/fases antes da homologação do resultado final:

ETAPA	CARGOS/FUNÇÕES	CARÁTER	RESPONSÁVEL
Prova Objetiva	Todos os cargos	Classificatório e Eliminatório	IDCAP
Prova Discursiva	Todos os Cargos	Classificatório e Eliminatório	IDCAP

6.2. Na etapa da Prova Objetiva, serão considerados classificados os candidatos que cumulativamente:

- obtiverem no mínimo 50% de pontos na Prova de Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico-Matemático, Informática, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Legislação do Estado do Espírito Santo);
- obtiverem no mínimo 50% de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos (Atividades Regulatórias e Conhecimentos na Área de Formação);
- obtiverem no mínimo 60% da pontuação total da prova objetiva;
- estiverem classificados, observando a proporcionalidade da reserva de vagas, até a 32ª posição na ampla de concorrência, até a 10ª posição na reserva de vagas para negros, até a 5ª posição na reserva de vagas para pessoas com deficiência e até a 3ª posição na reserva de vagas para indígenas, respeitados os empates na última posição.

6.3. Na etapa da Prova Discursiva serão considerados classificados os candidatos que obtiverem no mínimo 50% da totalidade da prova.

6.3.1. Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos classificados na Prova Objetiva;

6.4. O candidato não classificado na Prova Objetiva ou na Prova Discursiva será considerado eliminado do Concurso Público.

6.5. DA PROVA OBJETIVA

6.5.1. A prova objetiva será aplicada a todos os candidatos com inscrições deferidas e será elaborada com base no

Conteúdo Programático, contido no Anexo III deste Edital e será constituída conforme a seguir:

Disciplina		Nº Questões	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	10
	Raciocínio Lógico-Matemático	05	05
	Informática	05	05
	Direito Administrativo	05	05
	Direito Constitucional	05	05
	Legislação do Estado do Espírito Santo	05	05
Conhecimentos Específicos	Atividades Regulatórias	10	10
	Conhecimentos na Área de Formação	25	25
TOTAL		70	70

6.5.2. As questões serão numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas para resposta, com apenas uma correta.

6.5.3. Será atribuída nota zero à questão que apresentar, no cartão de respostas, mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou à questão que apresentar emenda ou rasura.

6.5.3.1.1. Entende-se por rasura do cartão resposta o risco ou raspagem feito no documento para tornar inválidas ou ilegíveis marcações ali contidas ou substituí-las por outras.

6.5.4. O candidato deverá assinalar a resposta da questão objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricado em material transparente

6.5.4.1. As marcações indevidas serão da exclusiva responsabilidade do candidato.

6.5.4.2. É vedado ao candidato amassar, rasurar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.5.4.3. O candidato deve proceder o preenchimento do cartão resposta em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na capa do caderno de questões.

6.5.4.4. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

6.5.5. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição, sua data de nascimento e o número de seu documento de identidade.

6.5.6. Todos os candidatos, ao terminarem as provas, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.

6.5.7. O caderno de questões (prova) não poderá ser substituído, salvo nas hipóteses em que seja identificada imperfeição capaz de comprometer a realização do exame pelo candidato, devido a ocorrência de falhas na impressão e, ainda, desde que a solicitação seja requerida, pelo candidato, no início da prova.

6.6. DA PROVA DISCURSIVA

6.6.1. A prova discursiva será aplicada a todos os candidatos no mesmo dia e horário da prova objetiva, dentro do horário previsto neste edital.

6.6.2. A prova discursiva será elaborada com base em um tema relacionado ao conteúdo de Atividades Regulatórias e consistirá na elaboração de texto dissertativo – argumentativo com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

6.6.3. A prova discursiva terá pontuação máxima de 20 (vinte) pontos e será avaliada com base nos critérios a seguir:

Critérios de Correção		Desconto	Pontuação Máxima	Pontuação Total Módulo
Formal	Domínio da norma culta da língua	- 0,10 por erro	1,0	6,0

	Pontuação, acentuação e ortografia	- 0,10 por erro	1,0	
	Concordância verbal e nominal	- 0,10 por erro	1,0	
	Regência verbal e nominal	- 0,10 por erro	1,0	
	Colocação pronominal	- 0,10 por erro	1,0	
	Estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos	- 0,10 por erro	1,0	

Critérios de Correção		Pontuação Máxima	Pontuação Total Módulo
Textual	Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada	1,0	5,0
	Sequência lógica e de organização do pensamento (introdução, desenvolvimento e conclusão)	1,0	
	Uso adequado de conectivos e elementos anafóricos	1,0	
	Observância da estrutura sintático-semântica dos períodos	1,0	
	Coerência e Coesão	1,0	
Técnico	Compreensão da proposta	1,8	9,0
	Habilidade argumentativa (atualização, originalidade e relevância das informações)	1,8	
	Progressão temática	1,8	
	Conhecimento do tema (cobertura dos tópicos apresentados: domínio e inter-relação entre os conceitos centrais do tema proposto)	1,8	
	Capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto	1,8	

6.6.3.1. A prova discursiva deverá ser redigida pelo próprio candidato de forma clara e, em caso de rasura, o candidato deverá sobrepor um traço simples ao texto a ser reescrito, não deve incluir parênteses ou outros traçados, apenas esta forma será aceita, de modo padronizado.

6.6.3.2. O texto deve ser escrito à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento diferenciado para a realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um colaborador do IDCAP devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

6.6.3.3. A prova discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas. Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.

6.6.3.4. O título é um elemento opcional na produção da prova discursiva, portanto não será considerado como linha escrita, sendo assim, não será avaliado em nenhum aspecto relacionado às competências da matriz de referência.

6.6.4. Na correção da Prova Discursiva, a comissão de correção não terá acesso a qualquer identificação do candidato, garantindo assim o sigilo do autor.

6.6.4.1. A Folha de Resposta da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra, marca e/ou símbolo que identifique o candidato, em qualquer parte da folha, em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada, sendo atribuída nota ZERO prova discursiva.

6.6.5. O preenchimento da Folha de Resposta da Prova Discursiva, que será o único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções

específicas contidas na capa do caderno e neste edital e não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

6.6.6. A folha para rascunho, constante do Caderno de Questões, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

6.6.7. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar Folha de Resposta da Prova Discursiva ao fiscal de sala, juntamente com o cartão de resposta da prova objetiva.

6.6.7.1. A não devolução, pelo candidato, da Folha de Resposta da Prova Discursiva, ao fiscal acarretará eliminação sumária do candidato no concurso.

6.6.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que:

- a) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato;
- d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) estiver em branco;
- f) fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- i) apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

6.6.9. O padrão de resposta (chave de correção) será disponibilizado no site do IDCAP conforme cronograma do Anexo I deste Edital.

6.6.10. A Folha de Resposta da Prova Discursiva poderá ser visualizada no site do IDCAP após a publicação do resultado preliminar da fase, e estará disponível até quinze dias após a sua divulgação. Após esse prazo, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da mesma.

6.6.11. As notas serão divulgadas no site do IDCAP nas datas definidas no cronograma do Anexo I deste Edital.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1. A aplicação das provas objetivas e discursivas será realizada na data prevista no cronograma do Anexo I deste Edital e no horário estipulado na tabela abaixo:

TURNO	CARGOS	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	<u>HORÁRIO DO FECHAMENTO DOS PORTÕES</u>	INÍCIO DAS PROVAS	TÉRMINO DAS PROVAS
Vespertino	Todos os Cargos/Áreas de Formação	12:00h	<u>12:45h</u>	13:00h	18:00h

7.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 45 (quarenta e cinco) minutos antes do fechamento dos portões, munidos de documento de identidade com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e cartão de convocação para as provas.

7.3. **Os portões serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para início das provas**, sendo terminantemente proibida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões.

7.4. Após o fechamento dos portões dos locais de provas não será permitida a presença de pessoas estranhas ao certame, sendo autorizado somente a permanência dos colaboradores que realizarão a aplicação das provas, pessoas autorizadas previamente e os candidatos.

7.5. O horário para início da realização das provas poderá sofrer alterações, a critério exclusivo do IDCAP, por motivos técnicos, caso fortuito e/ou força maior.

7.6. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste edital.

7.7. Ao candidato somente será permitida a realização das provas na respectiva data, horário e local definido pelo

IDCAP, não havendo segunda chamada para realização da mesma.

7.8. O não comparecimento ao local e no horário da prova, divulgados na ocasião da publicação do edital, implicará na eliminação automática do candidato do certame.

7.9. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nos locais disponibilizados no município deste Concurso Público, o IDCAP poderá alocá-los em municípios vizinhos ao determinado para aplicação das provas não assumindo qualquer responsabilidade quanto a transporte, alimentação e alojamento desses candidatos.

7.10. A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre dos malotes de provas mediante termo formal e na presença de 2 (dois) candidatos na coordenação do local de realização das provas.

7.11. DO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

7.11.1. É obrigatória a apresentação de via original de documento oficial de identificação com foto para a realização das provas.

7.11.2. Consideram-se documentos válidos para identificação do candidato:

- a) Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal;
- b) Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997;
- c) Carteira de Registro Nacional Migratório, de que trata a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017;
- d) Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, de que trata o Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018;
- e) Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade;
- f) Passaporte;
- g) Carteira Nacional de Habilitação, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- h) Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida após 27 de janeiro de 1997.

7.11.2.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

7.11.2.2. Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no item 7.11.2, como: protocolos; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503, de 1997; Carteira de Estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); crachás e identidade funcional de qualquer natureza e cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas ou qualquer outro não apresentem foto.

7.11.3. **Não serão aceitos documentos digitais de identificação**, visto que os candidatos deverão apresentar seus documentos durante a realização da prova, para a devida assinatura na lista de presença, e neste momento não poderão ter qualquer acesso a aparelhos eletrônicos.

7.11.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento original impresso que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.11.5. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.

7.11.6. O participante não poderá permanecer no local de aplicação das provas, assim entendido como as dependências físicas onde será realizado o Concurso Público, sem documento de identificação válido, conforme itens 7.11.2 ou 7.11.4 deste Edital.

7.11.6.1. Caso o participante precise aguardar o recebimento de documento válido listado nos itens 7.11.2 ou 7.11.4, deverá fazê-lo fora do local de provas.

7.11.6.2. O IDCAP reserva-se o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação nos dias de aplicação podendo, inclusive, submeter o candidato a coleta de dados biométricos.

7.12. DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DO CANDIDATO NA SALA DE PROVAS

- 7.12.1. O candidato devidamente identificado, facultativamente, poderá entrar na sala de prova portando:
- Água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
 - Alimentos e bebidas, os quais deverão estar em embalagem original lacrada ou embalagem transparente e sem rótulos.
- 7.12.2. O IDCAP se reserva no direito de vistoriar a água, os alimentos e as bebidas, ficando a critério a aceitação ou não.
- 7.12.3. O candidato deverá guardar, antes de entrar na sala de provas, em envelope porta-objetos, o Cartão de Convocação, o telefone celular e quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados, além de outros pertences não permitidos, citados no item 7.12.5.
- 7.12.4. O candidato deverá manter os aparelhos eletrônicos como celular, *tablet*, pulseiras e relógios inteligentes com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes, no envelope porta objetos lacrado e identificado, desde o ingresso na sala de provas até a saída definitiva do local de provas.
- 7.12.4.1. Caso o aparelho eletrônico produza algum som, o envelope porta-objetos lacrado será retirado da sala de aplicação de prova, mediante autorização do candidato, e levado a sala de coordenação, caso contrário, o candidato será eliminado.
- 7.12.5. Não será permitido ao candidato portar fora do envelope porta-objetos fornecido pelo chefe de sala, ao ingressar na sala de provas: Cartão de Confirmação da Inscrição, óculos escuros e artigos de chapelaria, como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares, caneta de material não transparente, lápis, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, anotações, protetor auricular, relógio de qualquer tipo, e quaisquer dispositivos eletrônicos, como telefones celulares, smartphones, *tablets*, *wearable tech*, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e/ou similares, *ipods*®, gravadores, pen drive, mp3 e/ou similar, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e/ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens e quaisquer outros materiais estranhos à realização da prova.
- 7.12.6. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
- 7.12.7. Os candidatos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem à coordenação, na qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas.
- 7.12.8. O candidato deverá manter, debaixo da carteira, o envelope porta-objetos, lacrado e identificado, desde o ingresso na sala de provas até a saída definitiva do local de provas.
- 7.12.9. O candidato que for identificado não cumprindo qualquer dos itens de segurança, em qualquer dependência do local de prova ou no trajeto da sala ao banheiro, ou vice-versa, será eliminado do Concurso Público, devendo sair imediatamente do local de prova.
- 7.12.10. Durante a realização da prova não será permitida(o):
- a comunicação entre candidatos;
 - consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou quaisquer outras fontes;
 - escrever em papéis diversos dos entregues pelo IDCAP;
 - uso de telefone celular, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens e imagens;
 - uso de boné, chapéu, gorro, protetor auricular, ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato;
 - uso de óculos escuros, salvo nos casos de apresentação de laudo médico original e impresso;
 - o uso de aparelho auditivo, **salvo nos casos de apresentação de laudo médico original e impresso no dia da aplicação**, conforme item 5.5 deste Edital.
- 7.12.11. O IDCAP poderá, a qualquer tempo, submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal no dia de realização das provas, inclusive na entrada e/ou saída de quaisquer espaços do local de prova.
- 7.12.11.1. Quando do uso do detector de metais for constatado que o candidato esteja portando/levando consigo, mesmo que desligado ou com a bateria desconectada, o telefone celular ou qualquer outro equipamento listado no item 7.12.5, o candidato será conduzido direto para a sala de coordenação não retornando mais a sua sala de prova, sendo anotado em ata a eliminação do mesmo.
- 7.12.12. O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização da prova objetiva após o recebimento de seu Cartão de Respostas e/ou Folha de Resposta da Prova Discursiva até o início efetivo da prova e, após esse momento, sairá somente

na presença de um fiscal.

7.12.13. O candidato deverá iniciar as provas somente após ler as instruções contidas na capa do caderno de questões (prova) e no Cartão de Resposta, observada a autorização do chefe de sala.

7.12.13.1. O caderno de questões (prova) somente poderá ser aberto com autorização do chefe de sala e após horário de início das provas.

7.12.14. Os candidatos somente poderão **sair do local de realização da prova após decorrida 1 (uma) hora de seu início, sem, contudo, levar consigo o caderno de questões (prova).**

7.12.15. A **saída com caderno de questões** (prova) somente será permitida **1 (uma) hora antes do término da prova.**

7.12.16. Ao final da prova, **os 3 (três) últimos candidatos, deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova**, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização da prova, retirando-se juntos, de uma só vez, do local.

7.12.17. Em hipótese alguma o candidato poderá retirar-se da sala portando o Cartão de Respostas e/ou Folha de Resposta da Prova Discursiva, sendo eliminado automaticamente do certame, caso o faça.

7.12.18. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo e/ou quanto aos critérios de avaliação e de classificação.

7.12.19. Não será permitida a permanência de candidatos, no local de realização das provas, após o término e a entrega do Cartão de Respostas. Os candidatos deverão retirar-se imediatamente do local de provas, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros ou o rompimento do envelope porta-objeto.

7.12.20. O IDCAP não se responsabiliza por nenhum objeto perdido nem por danos nele causado durante a período de aplicação das provas.

7.12.21. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a sua realização:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido ou fora do local definido;
- b) não apresentar o documento de identidade conforme previsto;
- c) não se dirigir para sua sala após o fechamento dos portões;
- d) ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) for surpreendido em comunicação com outras pessoas;
- f) receber qualquer objeto de terceiros ou tiver contato com o ambiente externo após o fechamento dos portões;
- g) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
- h) for flagrado portando/levando consigo equipamento eletrônico de comunicação, ainda que desligado e/ou com a bateria desconectada quando submetido ao detector de metais;
- i) for surpreendido portando anotações em papéis ou qualquer meio que não os permitidos para a realização da prova;
- j) lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
- k) recusar a submeter-se ao detector de metais;
- l) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido;
- m) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- n) não assinar o Cartão de Respostas;
- o) assinar ou fazer marcações na Folha de Resposta da Prova Discursiva (caso haja) que possam identificar o candidato;
- p) permanecer com qualquer material de Prova, Caderno de Questões, Cadernos e Folhas de Respostas, após o término do tempo de prova permitido, previsto neste Edital, para a realização de sua prova;
- q) não permitir a coleta de sua assinatura ou de dados biométricos;
- r) for surpreendido portando qualquer tipo de arma fora do envelope porta-objeto;
- s) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- t) não atender orientação e/ou exigência de membro da equipe do IDCAP.

7.12.22. Caso o candidato tenha necessidade de se ausentar do local da prova, inclusive para atendimento médico ou hospitalar, não poderá retornar ao local de prova, sendo eliminado do Concurso Público.

7.12.23. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado

do Concurso Público.

8. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Será considerado aprovado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.

8.2. A pontuação final será calculada da seguinte maneira:

$$\text{Pontuação Final (PF)} = \text{Nota da Prova Objetiva (PO)} + \text{Nota da Prova Discursiva (PD)}$$

8.3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação final, observado o cargo/área de formação em que concorrem.

8.4. Na hipótese de igualdade de nota entre os candidatos em qualquer uma das etapas/fase deste Concurso Público, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

- idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
- obtido maior nota na prova discursiva;
- obtido maior nota na prova objetiva, na soma das disciplinas de Conhecimentos na área de Formação e Atividades Regulatórias;
- obtido maior nota na prova objetiva, na soma das disciplinas de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico-Matemático, Informática, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Legislação do Estado do Espírito Santo;
- exercido a função de jurado em Tribunal do Júri, segundo o art. 440º do Código de Processo Penal.
- maior idade;
- menor número de inscrição, considerando-se data e horário da realização da mesma.

8.5. Para fins de comprovação da função a que se refere a alínea e) do item 8.4 serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça estaduais e regionais federais do país, relativos à função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir de 10 de agosto de 2008, data de entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

8.5.1. Para fins de verificação do critério mencionado no item anterior, os candidatos deverão fazer o envio eletrônico do documento comprobatório durante o período de inscrição.

8.6. O Resultado Final deste Concurso Público será feito, observado o cargo e área de formação, na data estabelecida no Anexo I, da seguinte forma:

- Resultado Final da ampla concorrência, por cargo e área de formação de todos os candidatos aprovados, incluindo os candidatos nas reservas de vagas;
- Resultado Final por cargo/área de formação dos candidatos aprovados para cada tipo de reservas de vagas.

9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, ao IDCAP, nos prazos previstos no Anexo I, das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:

- contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- contra o indeferimento das inscrições;
- contra o indeferimento da inscrição nas: condição especial e/ou vagas reservadas;
- contra as questões da Prova Objetiva e do gabarito preliminar;
- contra o resultado da Prova Objetiva;
- contra o resultado do padrão de resposta da Prova Discursiva;
- contra o resultado da Prova Discursiva;
- contra o resultado da Perícia Médica e/ou da Heteroidentificação;
- contra o resultado preliminar de cada etapa/fase;

9.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico do IDCAP, sob pena de perda do prazo recursal.

9.3. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente pela Internet, endereço eletrônico do IDCAP, na área do candidato, na página do Concurso Público.

9.4. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

9.4.1. Não será admitido envio de documentos na interposição dos recursos, salvo disposição expressa contrária.

9.5. Nos casos de recursos contra questões de provas e gabaritos, o candidato deverá apresentar a fundamentação referente apenas à questão e acrescentar indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento.

9.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 9.1 deste Edital, exceto para as questões da Prova Objetiva;

9.7. Admitir-se-á um único recurso por questão da Prova Objetiva para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.

9.8. Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorridas de acordo com o novo gabarito.

9.9. Se da análise do recurso, pelo IDCAP, resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da Prova Objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.

9.10. No caso de anulação de questão(ões) da Prova Objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

9.11. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

9.12. Será disponibilizada aos demais candidatos a informação quando houver alteração ou anulação de questão, pelo endereço eletrônico do IDCAP.

9.13. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) estiverem em desacordo com as especificações contidas neste Edital;
- d) forem apresentados fora do prazo estabelecido;
- e) apresentarem no corpo da fundamentação outros objetos que não correspondem a modalidade do recurso selecionado;
- f) apresentarem contra terceiros;
- g) apresentarem em coletivo;
- h) cujo teor seja desrespeitoso;
- i) encaminhados por qualquer meio diferente daquele estabelecido no item 9.3.

9.14. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

10.1. O resultado final será homologado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP mediante publicação no Diário Oficial.

10.2. A convocação obedecerá à ordem de classificação dos candidatos desde que considerados aptos na verificação dos requisitos exigidos para participação no Concurso Público e para o exercício do cargo/formação, bem como, em inspeção médica a ser realizada por órgão médico competente estabelecido pela ARSP.

10.3. A nomeação dos candidatos aprovados no concurso público respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos negros, com deficiência e indígenas, conforme Anexo XI – Tabela Orientadora para Nomeação.

10.4. A ARSP reserva-se o direito de proceder às convocações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas ofertadas neste Edital, das que vierem a surgir ou forem criadas por lei, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

10.5. O candidato convocado, além de cumprir os requisitos do cargo, deverá realizar a entrega de documentos digitais

e físicos originais, conforme estabelecer a Convocação expedida pela ARSP.

10.6. O candidato que não atender à convocação para a nomeação e posse, no prazo a ser oportunamente divulgado, será automaticamente excluído do concurso público.

10.7. O candidato não poderá alegar desconhecimento da publicação de convocação, sendo sua responsabilidade acompanhar, durante toda a validade deste concurso público, as publicações oficiais realizadas pela ARSP, em seu sítio eletrônico e/ou Diário Oficial.

10.7.1. É responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados junto à ARSP, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for convocado, perder o prazo para nomeação, caso não seja localizado.

10.8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, desde a inscrição para o concurso público, a verificação da compatibilidade das atribuições do cargo, previsto na Lei Complementar Estadual nº 525/2009 e neste edital, a condição física e mental para participação nas fases do certame e para o desempenho das atividades.

10.9. A posse e o exercício far-se-ão na forma estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 46/1994.

11. DOS ENVIOS ELETRÔNICOS DE DOCUMENTOS

11.1. Todos os envios eletrônicos de documentos, em qualquer fase/etapa do Concurso Público seguirão o disposto neste tópico.

11.1.1. Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, na seguinte forma:

- a) cada documento deverá ser enviado em seu campo específico, conforme dispuser o formulário.
- b) o tamanho máximo de cada arquivo é de 2 MB (dois megabytes);
- c) as cópias dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza;
- d) documentos que possuam frente e verso deverão ser enviados ambos os lados;
- e) é de inteira responsabilidade do candidato verificar se os documentos carregados na tela estão corretos;
- f) não serão considerados e analisados os documentos que não pertencem ao candidato e/ou com rasuras ou proveniente de arquivo corrompido e/ou protegidos por senha.

11.1.2. Não serão considerados válidos documentos apresentados de forma diferente daquela descrita nesse tópico, como por exemplo: por via postal, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.

11.1.3. As digitalizações ilegíveis ou parciais serão desconsideradas;

11.1.4. No ato do cadastro dos documentos no sistema, é indispensável o preenchimento correto dos campos indicados como "obrigatórios", quando houver, sendo as informações prestadas utilizadas para identificação/conferência do documento correspondente.

11.2. Os documentos originais enviados pelo candidato deverão ser guardados pelo mesmo para que posteriormente, quando solicitado pelo IDCAP ou ARSP, possam ser conferidos com aqueles enviados pelo sistema.

11.2.1. Documentos nato-digitais poderão ser assinados eletronicamente, desde que assinatura seja classificada como qualificada, utilizando certificado digital, na forma da Lei Federal nº 14.063/2020.

11.2.2. Será admitida assinatura de documentos nato-digitais, na forma do prevista pelo Decreto Estadual nº 4.410-R/2019, realizadas eletronicamente por meio do eDocs.

11.3. Se comprovadamente falsa a declaração e/ou documentação, além da sujeição às sanções civis, administrativas e criminais, serão considerados nulos, em relação ao declarante, todos os atos praticados posteriormente a ela no concurso público, assim como os atos eventualmente praticados de nomeação, posse e exercício no cargo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inscrição do candidato implicará aceitação das normas contidas neste Edital e em outros que vierem a ser publicados.

12.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados

oficiais referentes a este Concurso Público, divulgados no Diário Oficial e no endereço eletrônico do IDCAP.

12.3. Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, exames laboratoriais, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estadia e outras decorrentes de sua participação no Concurso Público.

12.4. Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar e acompanhar rigorosamente as publicações a serem divulgadas no site do IDCAP.

12.5. A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição, prova e/ou tornada sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item anterior, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.

12.6. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativamente às notas de candidatos eliminados, bem como, não serão devolvidos documentos entregues em qualquer fase deste certame.

12.7. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

12.8. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo IDCAP e pela ARSP, no que a cada um couber.

Vitória, 31 de julho de 2024.

Alexandre Ventorim
Diretor-Geral

ANEXO I - CRONOGRAMA

EVENTO	DATA PREVISTA
Publicação do edital de abertura	01/08/2024
Período para impugnação contra o edital de abertura	01 a 02/08/2024
Divulgação do resultado das impugnações contra o edital de abertura	05/08/2024
Recurso contra o resultado das impugnações contra o edital de abertura	06 e 07/08/2024
Divulgação do resultado Recurso contra o resultado das impugnações contra o edital de abertura	09/08/2024
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	09 a 10/08/2024
Período de inscrições	09/08 a 05/09/2024
Período para solicitação de atendimento especial para realização das provas	09/08 a 05/09/2024
Período para solicitação de inscrição para vagas reservadas	09/08 a 05/09/2024
Período de envio de documentação para o Procedimento de Heteroidentificação (candidatos autodeclarados negros ou indígenas)	09/08 a 05/09/2024
Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	21/08/2024
Período para recurso contra o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	22/08/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	27/08/2024
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	06/09/2024
Divulgação das inscrições deferidas	12/09/2024
Divulgação do resultado das solicitações de atendimento especial para prova	12/09/2024
Divulgação do resultado das solicitações de inscrição para vagas reservadas	12/09/2024
Período para recurso contra o indeferimento das inscrições	13/09/2024
Período para recurso contra o resultado das solicitações de atendimento especial para prova	13/09/2024
Período para recurso contra o resultado das solicitações de inscrição para vagas reservadas	13/09/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o indeferimento das inscrições	17/09/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o indeferimento das solicitações de atendimento especial para prova	17/09/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o indeferimento das solicitações de inscrição para vagas reservadas	17/09/2024
Divulgação da homologação das inscrições	17/09/2024
Convocação dos candidatos e informações/locais para a realização da prova objetiva	20/09/2024
Divulgação de quantitativo de candidato por vaga	20/09/2024
Realização da prova objetiva e discursiva	29/09/2024
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	30/09/2024
Divulgação do padrão de respostas da prova discursiva	30/09/2024
Período para recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	01/10/2024
Período para recurso contra o padrão de respostas da prova discursiva	01/10/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva	09/10/2024
Divulgação do gabarito oficial da prova objetiva	09/10/2024
Divulgação da nota preliminar da prova objetiva	09/10/2024
Período para recurso contra a nota preliminar da prova objetiva	10/10/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra a nota preliminar da prova objetiva	16/10/2024
Divulgação do resultado oficial da prova objetiva	16/10/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o padrão de respostas da prova discursiva	29/10/2024
Divulgação do resultado preliminar da prova discursiva	29/10/2024
Período para recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva	30/10/2024
Divulgação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar da prova discursiva	08/11/2024
Divulgação do resultado oficial da prova discursiva	08/11/2024
Publicação da Convocação para Perícia Médica	08/11/2024
Publicação da Convocação para Entrevista do Procedimento de Heteroidentificação (candidatos autodeclarados negros)	08/11/2024
Período para realização de Entrevista para o Procedimento de Heteroidentificação (candidatos autodeclarados negros)	15 a 24/11/2024
Período para realização da Perícia Médica	15 a 24/11/2024
Resultado preliminar do procedimento de Heteroidentificação e de Perícia Médica	28/11/2024
Período de recurso contra o resultado preliminar do Procedimento de Heteroidentificação e de Perícia Médica	29/11/2024
Divulgação do resultado dos recursos do Procedimento de Heteroidentificação e de Perícia Médica	09/12/2024
Divulgação do resultado oficial do Procedimento de Heteroidentificação e de Perícia Médica	09/12/2024
Divulgação do resultado final do certame	09/12/2024

ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Especialista em Regulação e Fiscalização	<ul style="list-style-type: none">- formulação e avaliação de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;- elaboração de normas técnicas e regulamentos para regular o mercado e disciplinar a prestação dos serviços públicos regulados;- elaboração das diretrizes e procedimentos para disciplinar o sistema tarifário relativos aos serviços, bem como quanto aos processos de reajustes e revisões tarifárias periódicas;- planejamento e coordenação de ações de fiscalização de alta complexidade;- gerenciamento, coordenação e orientação de equipes de pesquisa e de planejamento de cenários estratégicos;- gestão de informações de mercado de caráter sigiloso;- fiscalização da prestação dos serviços regulados, do cumprimento das normas, regras e metas pelos agentes prestadores de serviços públicos, bem como das prestações de contas anuais dos agentes e os demonstrativos financeiros e contábeis relacionados, em especial nos aspectos técnicos, jurídicos, econômicos, contábeis e financeiros;- desenvolvimento de estudos técnicos para subsidiar a atuação da Agência Reguladora em sua atividade fim, em especial com vistas à regulação técnica e econômico-financeira;- orientação aos agentes do mercado regulado e ao público em geral;- prover apoio técnico, instalar e participar de processo administrativo de resolução de conflitos entre agentes dos setores regulados, bem como entre agentes e usuários dos serviços;- instruir os processos de fiscalização e de aplicação de penalidades por infrações cometidas pelos agentes;- execução de outras atividades finalísticas inerentes ao exercício da competência das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras de que trata a Lei Complementar Estadual nº 525/2009.

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. **5. Domínio dos mecanismos de coesão textual.** 5.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **6. Classes de Palavras:** Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos. **7. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa):** 7.1 Acentuação gráfica; 7.2 Sinais de Pontuação; 7.3 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. **8. Reescrita de frases e parágrafos do texto:** 8.1 Significação das palavras; 8.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto; 8.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; 8.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. **9. Semântica:** Sinônimos, Antônimos, Homônimos, Parônimos, Denotação e conotação. **10. Sintaxe:** 10.1 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; 10.2 Concordância verbal e nominal; 10.3 Regência verbal e nominal; 10.4 Colocação pronominal. **11. Redação Oficial.**

2. RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Solução de situações-problema envolvendo adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal. **2. Porcentagem e juros. 3. Razão e proporção. 4.** Regra de três simples ou composta. **5. Solução de problemas com grandezas e medidas. 6. Estatística:** 6.1 Medidas de tendência central (média, mediana e moda); 6.2 Medidas de dispersão (variância, desvio-padrão, amplitude). **7. Geometria:** 7.1 Formas planas e espaciais, ângulos, área, perímetro, volume. **8. Contagem e Probabilidade:** 8.1 Princípio fundamental da contagem, permutação com e sem repetição; 8.2 Combinação simples; 8.3 Probabilidade da união, interseção, complementar; 8.4 Probabilidade condicional. **9. Raciocínio Lógico:** 9.1 Estruturas lógicas; 9.2 Lógicas de argumentação; 9.3 Diagramas lógicos; 9.4 Sequências. 9.5 Princípio da regressão ou reversão.

3. INFORMÁTICA

1. Internet: 1.1 Navegação na Internet; 1.2 Conceitos de URL, *links*, sites, busca e impressão de páginas. **2. Editor de texto (Microsoft Office – Word 2010):** 2.1 Formatação de Fonte e Parágrafo; 2.2 Bordas e Sombreamento; 2.3 Marcadores, 2.4 Numeração e Tabulação; 2.5 Cabeçalho, Rodapé e Número de Páginas; 2.6 Manipulação de Imagens e Formas; 2.7 Configuração de página; 2.8 Tabelas. **3. Planilha eletrônica (Microsoft Office – Excel 2010):** 3.1 Formatação da Planilha e de Células; 3.2 Criar cálculos utilizando as quatro operações; 3.3 Formatar dados através da Formatação Condicional; 3.4 Representar dados através de Gráficos. **4. Aplicativos para segurança** (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.). **5. Procedimentos de backup. 6. Correio Eletrônico (e-mail). 7. Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).**

4. DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. 2. Noções de organização administrativa: 2.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; 2.2 Administração direta e indireta; 2.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. **3. Atos administrativos:** 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; 3.3 Decadência administrativa. **4. Discricionariedade e vinculação. 5 Contratos Administrativos à luz da Lei nº 14.133/2021:** 5.1 Características do contrato administrativo; 5.2 Formalização e fiscalização do contrato; 5.3 Aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato; 5.4 Sanção administrativa; 5.5 Equilíbrio econômico-financeiro; 5.6 Garantia contratual; 5.7 Alteração do objeto: acréscimos e supressões; 5.8 Prorrogação do prazo de vigência e de execução. **6. Poderes da Administração Pública.** 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 6.2 Uso e abuso do poder. **7. Controle da Administração Pública.** 7.1 Controle exercido pela Administração Pública; 7.2 Controle judicial; 7.3 Controle legislativo; 7.4 Improbidade administrativa: Lei Federal nº 8.429/1992. **8. Serviços públicos.** 8.1 Conceito; 8.2 Elementos constitutivos; 8.3 Formas de prestação e meios de execução; 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização; 8.5 Classificação; 8.6 Princípios. **9 Processo Administrativo:** Lei Federal nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: 1.1 Direitos e Garantias Fundamentais; 1.1.1 Dos Direitos E Deveres Individuais e coletivos; 1.1.2 Dos Direitos Sociais; 1.1.3 Dos Direitos Políticos; 1.2 Organização do Estado; 1.2.1 Da Organização Política-Administrativa; 1.2.2 Da União; 1.2.3 Dos Estados Federados; 1.2.4 Da Administração Pública. 1.3 Do Meio Ambiente.

6. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. Lei Complementar nº 46/1994: Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Espírito Santo. **2. Lei Complementar nº 525/2009:** Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras. **3. Lei Complementar nº 827/2016:** Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP, em decorrência da fusão da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI e da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE. **4. Decreto nº 1595-R/2005:** Institui o Código de Ética dos Servidores Civis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.

7. ATIVIDADES REGULATÓRIAS

1. Regulação e agências reguladoras: 1.1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos; 1.2 Conceitos básicos: regulação econômica e social; 1.3 Externalidades, bens públicos e bens comuns, assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral); 1.4 Falhas de mercado (barreiras de entrada); 1.5 Estado e regulação; 1.6 Conceitos de regulação, desregulação e re-regulação; 1.7 O processo regulatório no Brasil; 1.8 Agências Reguladoras Federais no Brasil: histórico, conceitos, estrutura jurídica, autonomia administrativa e poder normativo. **2. Abordagens Teóricas:** 2.1 Teoria econômica da regulação; 2.2 Teoria da captura; 2.3 Teoria do agente principal. **3. Formas de regulação:** 3.1 Regulação de preço; 3.2 Regulação de entrada; 3.3 Regulação de qualidade; 3.4 Regulação por incentivos. **4. Delegação de serviços públicos:** 4.1 Concessões, permissões e autorizações; 4.2 Licitação para outorga de delegação de serviço público; 4.3 Contrato de concessão de serviço público: características, conceito, efeitos trilaterais, intervenção, extinção, equilíbrio econômico-financeiro, política tarifária; 4.4 Prestação do serviço adequado; 4.5 Direitos e deveres do concessionário, do poder concedente e do usuário. **5. Ciclo Regulatório:** 5.1 Participação Social no Processo Regulatório; 5.2 Agenda Regulatória; 5.3 Gestão do Estoque Regulatório; 5.4 Melhoria da Qualidade Regulatória.

8. CONHECIMENTOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO:

<p>Ciência Contábeis</p>	<p>1. Objetivo, finalidade, conceito, objeto e campo de atuação da Contabilidade. 2. Patrimônio e suas variações. 3. Contas (conceito, tipo e plano de contas): 3.1 Contas patrimoniais; 3.2 Contas de resultado. 4. Escrituração: métodos, diário, razão e livros auxiliares. 5. Ativo e Passivo: 5.1 Ativo circulante e não circulante; 5.2 Passivo circulante e não circulante. 6. Patrimônio Líquido. 6.1 Capital Social; 6.2 Reservas de capital; 6.3 Ajustes de avaliação patrimonial; 6.4 Reservas de lucros; 6.5 Ações em tesouraria; 6.6 Prejuízos acumulados. 7. Depreciação, amortização e exaustão. 8. Estrutura do Balanço patrimonial. 9. Demonstração do resultado do exercício: 9.1 Conceitos e mensuração da receita e o momento de seu reconhecimento; 9.2 Deduções das vendas; 9.3 Custo das mercadorias e dos produtos vendidos e dos serviços prestados; 9.4 Receitas e despesas operacionais e não operacionais. 10. Demonstração dos fluxos de caixa: 10.1 Métodos direto e indireto. 11. Mensuração do valor justo: 11.1 Definição de valor justo; 11.2 Técnicas de avaliação do valor justo. 12. Ativo Imobilizado e intangível: 12.1 Aspectos conceituais, definição, reconhecimento e mensuração; 12.2 Avaliação de ativos para fins regulatórios; 12.3 Testes de recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis. 13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 14. Contabilidade do setor regulatório governamental: 14.1 Patrimônio público e Variações patrimoniais; 14.2 Receita e despesa pública e suas classificações; 14.3 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 14.4 Execução orçamentária e financeira; 14.5 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); 14.6 Balanço orçamentário; 14.7 Balanço financeiro; 14.8 Balanço patrimonial; 14.9 Demonstração das variações patrimoniais. 15. Contabilidade Regulatória: 15.1 Objetivos e finalidades; 15.2 Investimentos e Ativos regulatórios; 15.3 Plano de contas regulatório. 15.4</p>
---------------------------------	--

	<p>Utilização de custos contábeis na definição de tarifas; 15.5 Contabilidade societária <i>versus</i> contabilidade regulatória. 16. Normas Contábeis Aplicáveis: Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão - do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.</p>
<p>Ciência Econômicas</p>	<p>1. Microeconomia: 1.1 Conceitos fundamentais; 1.2 Formas de organização da atividade econômica, o papel dos preços, custo de oportunidade e fronteiras das possibilidades de produção. 2. Teoria do consumidor e determinação das curvas de demanda; 2.1 Curvas de indiferença; 2.2 Restrição orçamentária; 2.3 Equilíbrio do consumidor; 2.4 Efeitos preço, renda e substituição; 2.5 Curva de demanda; 2.6 Elasticidade da demanda; 2.7 Curva de Engel. 3 Teoria da firma e determinação da curva de oferta. 3.1 Fatores de produção; 3.2 Produtividade média e margina; 3.3 Lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala; 3.4 Custos de produção no curto e longo prazo; 3.5 Equilíbrio da firma; 3.6 Custos totais, médios e marginais, fixos e variáveis; 3.7 Custos e o equilíbrio de curto e de longo prazos. 4 Estática comparativa e conceito de derivadas: 4.1 Derivada e inclinação de curva; 4.2 Elasticidades; 4.3 Continuidade e diferenciabilidade de uma função; 4.4 Diferenciação de funções com uma, duas ou mais variáveis; 4.5 Diferenciação parcial em modelos econômicos; 4.5.1 Problema do consumidor; 4.5.2 Problema do produtor. 5 Otimização com restrição: 5.1 Maximização de utilidade; 5.2 Maximização de produção; 5.3 Minimização de custos; 5.4 Função Cobb-Douglas; 3.5 Função CES. 6 Economia do bem-estar: 6.1 Ótimo de Pareto; 6.2 Caixa de Edgeworth; 6.3 Curva de contrato; 6.4 Primeiro e segundo teoremas do bem-estar. 7. O sistema de contas nacionais e as identidades macroeconômicas básicas: 7.1 Produto agregado e os problemas de mensuração; 7.2 Produto nominal x produto real; 7.3 Contas do sistema monetário. 8. O modelo keynesiano básico: o multiplicador e o papel dos gastos do governo. 9. O modelo IS/LM: impactos das políticas monetária e fiscal; 9.1 Políticas macroeconômicas em diferentes regimes cambiais; 9.2 Avaliação do gasto público; 9.3 O financiamento do setor público no Brasil; 9.4 Conceitos de regulação, desregulação e re-regulação. 10. Teoria econômica de indústrias reguladas. 11. Avaliação de alternativas de investimento em economia estável e em ambiente inflacionário. 12. Externalidades e bens públicos: 12.1 Externalidades positivas e negativas; 12.2 Teorema de Coase e custos sociais; 12.3 Taxa Pigouviana; 12.4 Bens exclusivos e bens rivais; 12.5 Provisão estatal de bens públicos. 13. Defesa da concorrência: 13.1 Análise de mercado, práticas desleais, posição dominante, infrações à ordem econômica, cartel, monopólio, truste, práticas restritivas, oligopólio; 13.2 Mercado de competição perfeita.</p>
<p>Engenharia Ambiental</p>	<p>1. Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais. 1.1 Lei Federal nº 6.938/1981; 1.2 Lei Complementar Federal nº 140/2011; 1.3 Resolução CONAMA nº 01/1986; 1.4 Resolução CONAMA nº 237/1997. 2. Saneamento Ambiental: 2.1 Sistemas de tratamento de água: padrões de potabilidade, etapas de tratamento de água, concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de sedimentação, coagulação, filtração e desinfecção; 2.2 Sistemas de tratamento de esgotos; 2.2.1 Características dos esgotos domésticos, tipos de tratamento primário, secundário e terciário, concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de sedimentação, lodos ativados, digestão anaeróbia, lagoas de estabilização, filtros biológicos. 2.3 Resíduos Sólidos: tipos de resíduos, quantificação de produção, estratégias de gerenciamento de resíduos, coleta e transporte de resíduos, disposição final e aterros sanitários. 3. Sistemas Hidráulicos de Saneamento: 3.1 Sistemas de abastecimento de água: concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de captação, adução, bombeamento, reservação e distribuição de água; 3.2 Sistemas de coleta de esgotos: concepção, dimensionamento, tecnologias e operação e manutenção de sistemas coletores, emissários, estações de recalque de esgotos, sistemas unitários e separador absoluto. 4. Saneamento e Saúde Pública. 5. Prestação de serviços de saneamento: 5.1 Monopólios naturais; 5.2 Modelos de prestação dos serviços, privatização e parcerias público-privadas; 5.3 Instrumentos de regulação dos serviços. 6. Lei Federal nº 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico: 6.1 Dos Princípios Fundamentais; 6.2 Do exercício da Titularidade; 6.3 Da Prestação Regionalizada de Serviços Públicos de</p>

	<p>Saneamento Básico; 6.4 Do Planejamento; 6.5 Da Regulação; 6.6 Dos Aspectos Econômicos e Sociais; 6.7 Dos aspectos Técnicos; 6.8 Da Participação de Órgãos Colegiados no Controle Social; 6.9 Regulamentação dada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010. 7. Lei Ordinária Estadual nº 9.096/2008 - Política Estadual de Saneamento Básico: 7.1 Das diretrizes do Saneamento Básico Estadual. 8. Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>
<p>Engenharia Civil</p>	<p>1 Contratos de Concessão e Outorga de serviços de infraestrutura rodoviária. 1.1 Controle de execução dos contratos. 2. Engenharia de tráfego: 2.1 Princípios operacionais; 2.2 Projeto de componentes do sistema rodoviário; 2.3 Canalização, interseções, sinalização; 2.4 Níveis de serviço; 2.5 Contagens; 2.6 Diagramas de fluxo de tráfego; 2.7 Variáveis fundamentais do fluxo de tráfego e suas relações; 2.8 Controle de tráfego; 2.9 Sinalização de obras; 2.10 Estudos de capacidade viária. 3. Funções operacionais: 3.1 Sistemas de Arrecadação com Pedágio; 3.2 Sistema <i>free flow</i>. 4. Fiscalização: 4.1 Avaliação de nível de serviço concedido e satisfação do cliente; 4.2 Relações de custo x benefício e custo x eficácia na avaliação de concessões rodoviárias; 4.3 Avaliação de impactos das concessões nas comunidades lindeiras; 4.4 Políticas tarifárias; exceções; subsídios. 5. Estruturas: 5.1 Dimensionamento de estruturas de concreto armado; 5.2 Patologias de estruturas de concreto armado e recuperações; 5.3 Dimensionamento de estruturas metálicas; 5.4 Patologias de estruturas de estruturas metálicas e recuperações. 6. Pavimentos: 6.1 Dimensionamento de pavimento flexível e rígido; 6.2 Efeitos das cargas no pavimento; 6.3 Patologia e terapia de pavimentos rodoviários. 7. Drenagem rodoviária: 7.1 Dimensionamento de sistema de drenagem; 7.2 Patologias de drenagem e serviços de recuperação. 8. Conservação da infraestrutura rodoviária. 8.1 Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura rodoviária; 8.2 Tecnologias e metodologias de avaliação dos impactos do tráfego na infraestrutura rodoviária; 8.3 Manutenção de obras de arte correntes e especiais. 9. Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais. 9.1 Lei Complementar Federal nº 140/2011; 9.2 Resolução CONAMA nº 01/1986; 9.3 Resolução CONAMA nº 237/1997. 10. Exploração e operação de concessões rodoviárias federais. 10.1 Utilização da faixa de domínio; 10.2 Projetos de Interesse de Terceiros (PIT). 11. Lei Federal nº 12.587/2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.</p>
<p>Engenharia Elétrica</p>	<p>1. Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica: 1.1 Transmissão: Critérios de dimensionamento e de desempenho de instalações de transmissão. Subestações: equipamentos e arranjos. Critérios de dimensionamento e de desempenho das linhas de transmissão; 1.1.1 Rede básica: Conceito, tarifação, regras de acesso, contratos da transmissão. Padrões de desempenho e requisitos mínimos para sua instalação. Acesso aos sistemas de transmissão, ampliação e reforços; 1.1.2 Medição de energia elétrica e demanda de potência para fins de faturamento em sistemas de transmissão e distribuição; 1.1.3 Otimização eletroenergética dos sistemas hidrotérmicos de potência; 1.1.4 Sistema Elétrico de Potência: conceitos, confiabilidade e controle; 1.1.5 Sistema Interligado Nacional: Funcionamento do Sistema Interligado Nacional; operação de sistemas elétricos isolados; operação do Sistema de energia elétrica nacional; planejamento do sistema de energia elétrica nacional; procedimentos de rede; procedimentos para a prestação de serviços de transmissão; procedimentos para a programação eletroenergética do Sistema Elétrico Interligado Nacional – SIN. 1.2. Distribuição: Linhas de distribuição; sistemas de distribuição; dimensionamento e desempenho das linhas de distribuição; 1.2.1 Continuidade e qualidade da distribuição de energia elétrica: indicadores de continuidade, de qualidade do produto e condições gerais de fornecimento de energia elétrica; 1.2.2 Perdas elétricas nos Sistemas de Distribuição; 1.2.3 Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST; 1.2.4 <i>Power Line Communication</i> – PLC; 1.2.5 Transitórios eletromagnéticos; 1.2.6 Infraestrutura de energia elétrica: Desenvolvimento da infraestrutura; 1.2.7 Compartilhamento de Infraestrutura de distribuição e transmissão; Declaração de Utilidade Pública – DUP. 2. Comercialização de Energia Elétrica: 2.1 Conceitos e aplicação de concessão, permissão e autorização da transmissão e distribuição. 2.2 Procedimentos de Rede; 2.3 Tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão; 2.4</p>

	<p>Comercialização de energia elétrica: Modelos de comercialização de energia; regras e procedimentos de comercialização; comercialização da distribuição. 3. Estudos eletroenergéticos: 3.1 Planejamento do uso de recursos energéticos; 3.2 Eficiência energética; 3.3 Prospecção de recursos energéticos renováveis. 4. Energias Renováveis. 5. Lei Federal nº 10.848/2004 que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica; 6. Lei Federal nº 12.783/2013 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. 7. Balanço Energético do Estado do Espírito Santo 2023.</p>
Engenharia de Petróleo e Gás	<p>1. Estrutura da indústria do Petróleo e Gás Natural. 1.1 Noções gerais da exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural; 1.2 Constituintes, composição e classificação do petróleo; 1.3 Conceitos e propriedades do gás natural; 1.4 Instalações de produção de petróleo e gás natural em terra e no mar; 1.5 Equipamentos e técnicas de medição de vazão de petróleo e gás natural; 1.6 Processos de tratamento de gás natural; 1.7 Gás natural comprimido; 1.8 Gás natural liquefeito; 1.9 Comercialização de gás natural; 1.10 Transporte e carregamento de gás natural 1.11 Aplicações do gás natural. 2. Distribuição do Gás Natural: 2.1 Ponto de recepção de gás (<i>city gates</i>); 2.2 Estações de odorização. 2.3 Estações de redução de pressão (primária e secundária) em sistemas de distribuição; 2.4 Dutos para redes de gás: Aço, Polietileno e Poliamida; 2.5 Conjunto de Regulagem e Medição (CRM). 3. Gases, misturas e soluções ideais. 4. Lei Ordinária nº 11.173/2020 que dispõe sobre normas para o mercado livre de gás canalizado no âmbito do Estado do Espírito Santo. 5. Lei Federal nº 14.134/2021 – “Nova Lei do Gás” e a regulamentação dada pelo Decreto Federal nº 10.712/2021. 6. RESOLUÇÃO ANP Nº 16/2008 que estabelece a especificação do gás natural, nacional ou importado, a ser comercializado em todo território nacional.</p>